



### **Eixo Temático**

2. Educação no campo e Políticas públicas

### **Título**

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO: DILEMAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

### **Autor(es)**

Célia Maria machado de Brito ( Autor)  
Sandra Maria Gadelha de Carvalho  
José Ernandi Mendes (Co-autores)

### **Instituição**

Universidade Estadual do Ceará - UECE

### **E-mail**

[celia.brito@uece.br](mailto:celia.brito@uece.br)  
[sandra.gadelha@uece.br](mailto:sandra.gadelha@uece.br)  
[ernandi.mendes@uece.br](mailto:ernandi.mendes@uece.br)

### **Palavras-chave**

Políticas Públicas de EJA; Educação do Campo; Analfabetismo e Escolarização

### **Resumo**

Este trabalho tem seu foco na educação do campo e volta-se para a escolarização de jovens e adultos, buscando trazer elementos para uma reflexão em torno das políticas públicas direcionadas para essa modalidade de ensino. Elege como questão central o desenvolvimento da EJA no campo questionando sobre o papel da escola e dos sistemas de educação no enfrentamento do analfabetismo e da exclusão da população mais pobre da educação e da escola. Nesse sentido, pergunta-se: como tem reagido a sociedade civil nesse processo e qual tem sido a contribuição da educação do campo no desenvolvimento das práticas educativas no campo? Buscando compreendê-las, a análise se apoia em uma metodologia de base qualitativa, e referenda-se em dados levantados por ocasião da pesquisa diagnóstica da Agenda Territorial de EJA realizada no Estado do Ceará, no ano de 2013, bem como na II Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária-PNERA (INCRA/IPEA, 2011). O artigo estrutura-se em três partes: a primeira faz uma discussão mais geral sobre a realidade da EJA no Brasil e no Ceará, recuperando e identificando ações, metas e desafios enfrentados, ao longo das últimas quatro décadas. Na segunda parte, destacamos o desempenho dos programas de educação de jovens e adultos desenvolvidos no campo, privilegiando as ações do

[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Pronera. Na terceira e última parte, a análise volta-se para o exame das práticas pedagógicas de escolarização desenvolvidas, no campo, trazendo à luz os avanços e desafios do Pronera, como política pública construída com e a partir da luta dos movimentos sociais, bem como sua contribuição no contexto da educação de jovens e adultos, no campo.

#### Texto Completo

Este trabalho tem seu foco na educação do campo e volta-se para a escolarização de jovens e adultos-EJA, buscando trazer elementos para uma reflexão em torno das políticas públicas direcionadas para essa modalidade de ensino.

Se retomarmos sua trajetória, no Brasil e no Ceará, fica evidente a secundarização da EJA como política pública. Desenvolvida, desde o início do século passado, predominantemente, no formato de campanhas, a EJA vem materializando experiências pontuais e descontínuas, configurando-se, historicamente, como iniciativas subordinadas aos interesses de um sistema econômico que, sob a hegemonia da ideologia neoliberal, ao longo do tempo, vem reproduzindo uma sociedade competitiva e desigual, e uma educação cada vez mais seletiva, em pleno desacordo com a legislação que, desde a Constituição de 1988, passou a ser compreendida como direito humano “público e subjetivo”, ao ser incorporado como modalidade da educação básica.

A crescente diminuição da oferta e a histórica descontinuidade do ensino nas turmas de EJA são alguns indicativos da ausência de prioridade de suas políticas públicas, o que explica a liderança do Brasil em relação aos índices de analfabetismo que, de acordo com a UNESCO, assume a oitava posição no mundo, e o primeiro lugar na América Latina, trazendo às claras um descompromisso histórico no país: o resgate da dívida social representada pelo analfabetismo e pela precária escolarização/qualificação de um importante contingente de jovens e adultos excluído das oportunidades de uma educação permanente (HADDAD, 2000).

Apoiada em diagnóstico recente realizado pela Comissão Estadual da Agenda Territorial de EJA no Estado do Ceará, concluído em 2013, pode-se assegurar a presença de um quadro vergonhoso da EJA no estado, especialmente, quando se confrontam índices, desafios e metas postas pelos organismos internacionais e nacionais



com os compromissos do governo em relação à redução do analfabetismo ou elevação do nível de escolarização da população desassistida no campo ou nas cidades. A partir dele constatou-se que a EJA não está incluída no conjunto de políticas estruturantes do desenvolvimento no estado, sendo por isso secundarizada em seus objetivos e estratégias, inclusive no âmbito da escola.

No contexto da educação no campo essa situação assume grandes proporções, trazendo resultados nefastos para as estatísticas educacionais. De acordo com a Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária, realizada em 2005 (INEP/MEC, 2005), a situação educacional dos assentados com 18 anos e mais, na região nordeste é muito grave demonstrando que 83,7% da população moradora em assentamentos rurais estão fora da escola e que somente 16,3% recebem algum tipo de atendimento escolar. No Ceará, a mesma pesquisa identificou que, dentre os 50.947 assentados somente 22,1% frequenta a escola, permanecendo sem atendimento escolar cerca de 80% da população moradora nas áreas de assentamento rural, nessa mesma faixa etária.

Considerado os índices de analfabetismo e o baixo patamar de escolaridade no campo, pode se afirmar que as políticas públicas direcionadas a essa população inexistem ou quando existem têm se mostrado incapazes de impactar o quadro existente, demonstrando poucos avanços na oferta de escolarização e, por consequência, na melhoria do nível cultural da população. Exceção feita ao Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária-Pronera que, mesmo com todas as restrições e contingenciamento de verbas, constitui uma presença marcante trazendo contribuições significativas para melhoria do quadro educacional no interior cearense, em especial nas áreas de reforma agrária.

Considerando esses aspectos como elementos recorrentes na trajetória da EJA e tomando como foco desta análise a realidade política e sócio cultural do campo questionamos: como vem se desenvolvendo a EJA no campo e como tem se comportado a escola pública no enfrentamento do analfabetismo e da exclusão da população mais pobre da educação e da escola? Como tem reagido a sociedade civil nesse processo e qual tem sido a contribuição do Pronera no desenvolvimento das práticas educativas com jovens e adultos da no campo?



Norteados por esse conjunto de questões, o objetivo deste artigo é sistematizar um quadro descritivo da Educação de Jovens e Adultos no campo, na perspectiva de uma análise mais aprofundada das condições de operacionalização dos programas e práticas pedagógicas em desenvolvimento; pretende, ainda, dimensionar os compromissos, avanços e debilidades da EJA no campo, em especial do Pronera, já que este tem se configurado como importante instrumento de educação, em especial nas áreas de reforma agrária.

A análise se apoia em uma metodologia de base qualitativa, e toma como referência dados levantados por ocasião da pesquisa diagnóstica da Agenda Territorial de EJA realizada no Estado do Ceará, no ano de 2013, bem como da II Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária-PNERA ( INCRA/IPEA, 2011).

O artigo estrutura-se em três partes: a primeira faz uma discussão mais geral sobre a realidade da EJA no Brasil e no Ceará, recuperando e identificando ações, metas e desafios enfrentados, ao longo das últimas quatro décadas. Na segunda parte, destacamos o desempenho dos programas de educação de jovens e adultos desenvolvidos no campo, privilegiando as ações do Pronera. Na terceira e última parte, a análise se volta para o exame das práticas pedagógicas desenvolvidas em escolas e turmas, no campo, tomando como referência os dados levantados nas pesquisas já mencionadas.

### **O analfabetismo no Brasil e no Ceará e as iniciativas governamentais, nas últimas décadas**

A educação de jovens e adultos continua sendo temática desafiadora, enquanto possibilidade de acesso à escolarização a todos que, por alguma razão, não iniciaram ou completaram seus estudos. De acordo com Haddad (2000), a população de jovens e adultos excluída do sistema escolar está concentrada nos bolsões de pobreza nas periferias urbana ( Região Sudeste) e nas zonas rural da região norte e nordeste. Nesse sentido, os números são reveladores de uma situação inaceitável, principalmente se considerarmos o índice internacional de referência para o desenvolvimento humano, que passou a considerar requisitos, para além da alfabetização.



De acordo com o resultado do Censo 2010 (IBGE, 2011), todos os municípios cearenses, incluindo Fortaleza, estão abaixo da média nacional, com um percentual de 18% de pessoas sem o domínio da leitura e da escrita. Segundo esse mesmo Censo 28,1% da população do sertão cearense é analfabeta, fato que determina a liderança do Estado nas estatísticas nacionais. Ressalte-se aqui a população dos assentamentos rurais que, de acordo com o I Censo da Reforma Agrária, o Ceará contabilizou 49,83% de pessoas desescolarizadas, fato que evidencia claramente o descompromisso do poder público com essa parcela da população.

Entretanto, houve queda no número de analfabetos no estado, em relação ao Censo do ano 2000, quando 37% da população eram classificadas nesta categoria. A taxa de analfabetismo diminuiu 29,1% durante o período (2000/2010), saindo de 26,5% em 2000 para 18,8% no ano 2010. Apesar desta significativa redução, o Estado ainda necessita melhorar seu desempenho para poder se aproximar da média nacional que, de acordo com a mais recente Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD, 2013) a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 8,7 o que representa ainda cerca de quase 14 milhões.

Além desse quantitativo de brasileiros identificados como analfabetos estão incluídas nesse contingente, pessoas que dominam precariamente a leitura e a escrita, estando impedidas de utilizar eficazmente essas habilidades para acessar informações essenciais a uma inserção eficiente e autônoma. Nesse sentido, pode-se dizer que o número de analfabetos funcionais assume ainda proporções alarmantes, o que sugere um certo comprometimento da qualidade do ensino fundamental regular, visto que o Brasil ainda concentra 21% de pessoas com mais de 15 anos e com menos de quatro anos de estudo completos (PNAD, 2013).

No contexto de redefinição dos papéis do Estado e implementação da lógica neoliberal, durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002) foram dadas demonstrações inequívocas de ausência de compromisso com a EJA, chegando ao ponto de não existir nem mesmo uma equipe de profissionais ou um setor institucional dedicado a esta área no âmbito do Ministério da Educação.



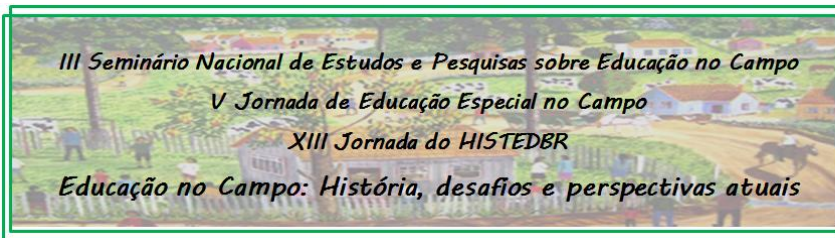
Em 1997, como tentativa de superar os níveis de analfabetismo no país, no governo FHC, foi criado o Programa Alfabetização Solidária (PAS), implementado pelo Programa Comunidade Solidária, cuja presidente era a então primeira dama da nação. Tendo como base a parceria do MEC com o mercado empresarial, universidades e governos municipais, esse programa federal priorizou municípios no norte/nordeste com maiores índices de analfabetismo. Nesse mesmo governo, ocorria a transferência de responsabilidades do ensino supletivo para Estados e Municípios, numa demonstração clara do pouco envolvimento do poder público federal com a EJA.

A partir dessas iniciativas consolidava-se o descompromisso do governo federal com a EJA passando essa a ser assumida por alguns estados e municípios e, principalmente, por organizações da sociedade civil que assumiram a responsabilidade de oferecer programas voltados para alfabetização, como forma de suprir a demanda existente e a lacuna deixada pelo governo federal. Ao lado, e convivendo com a precarização da oferta, sobressaía-se um ensino debilitado pela ausência de materiais didáticos de apoio e também pelo despreparo do quadro docente.

Alijada, por força do veto presidencial, da lei que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), a EJA mais uma vez era preterida pelo financiamento governamental, só vindo a ser incluída, em 2001, através da edição de um programa de financiamento específico para a EJA, o Programa de Apoio a Estados e Municípios para a Educação Fundamental de Jovens e Adultos – o Recomeço.

No conjunto das lutas pela redemocratização no país e, em consequência das críticas e denúncias feitas nos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – ENEJAS, Fóruns de EJA e da luta específica dos movimentos sociais pela Reforma Agrária, em 1998, foi instituído no âmbito do então Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), atualmente Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), voltado para alfabetização e escolarização de jovens e adultos em assentamentos rurais da reforma agrária.

Ainda neste período, foi criado pelo Ministério do Trabalho, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR), a ser executado de acordo com os Planos



Estaduais de Qualificação (PEQ's), tendo como foco a empregabilidade com cursos aligeirados numa perspectiva compensatória. Através de parcerias com governos estaduais, municipais, iniciativa privada, Organizações Não- Governamentais (ONG's), sindicatos, entre outros da sociedade civil, almejava-se qualificar 20% da População Economicamente Ativa (PEA). Predominando no programa a utilização dos recursos do Fundo do Trabalhador (FAT) e outras fontes adicionais. Na verdade, o PAS, o PRONERA e o PLANFOR, constituíram-se os três grandes projetos na área de EJA, do Governo FHC. Todavia as três iniciativas não estavam no Ministério da Educação, fato revelador da fragmentação das ações nesta modalidade de educação. Destes diferenciava-se o PRONERA pela participação dos movimentos sociais do campo, universidades e Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em sua gestão e coordenação.

Transcorrido o primeiro mandato do governo Luís Inácio Lula da Silva, é possível distinguir certa mudança nas políticas de EJA do governo federal, diferenciando-se do governo anterior. Embora a EJA continuasse a ocupar lugar secundário na agenda da política educacional do governo, houve um incremento na colaboração da União com os estados e municípios, por meio da institucionalização da modalidade no sistema de ensino básico, com sua inclusão nos mecanismos de financiamento e nos programas de assistência aos estudantes (alimentação, transporte escolar e livro didático).

O segundo bloco de ações distintivas dessa administração foi a proliferação de iniciativas de EJA geridas em diferentes instâncias de governo, entre as quais: o Programa Brasil Alfabetizado, que passou a ser coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (MEC); a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, gerido pela Secretaria Nacional de Juventude; e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mantido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; além da manutenção do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, coordenado pelo Ministério do



Desenvolvimento Agrário; e o Exame Nacional de Certificação de Competências, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Carvalho,).

Na prática, somente em 2004, foram efetivadas modificações na gestão do Programa Brasil Alfabetizado, momento em que também foram criadas, já no segundo mandato do presidente Lula, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e com ela o Departamento de Educação de Jovens e Adultos (DEJA).

Mesmo assim, a taxa de analfabetismo no país que, de acordo com o Censo do IBGE de 2010 era de 13,64% só caiu quatro pontos percentuais, permanecendo, hoje com um percentual de 13,9 milhões de brasileiros, com 15 anos ou mais, em situação de analfabetismo.

Por outro lado, não se pode deixar de destacar as conquistas decorrentes da luta e das reivindicações dos movimentos organizados em torno da EJA, quando se observou uma participação maior do Estado não somente nas ações, mas também nos espaços de discussão e elaboração das políticas públicas, dentre elas a de um financiamento, demanda incorporada nos anos 2006 com a inclusão da EJA ao FUNDEB.

Entretanto, muito há que ser feito no sentido de fazer com que a educação de jovens e adultos seja tratada com dignidade, permanecendo como ponto de pauta a luta pelo controle social da EJA e implementação dos vários programas federais - PROJOVEM, PROCAMPO, PROEJA, no sentido da constituição de uma política pública nacional perene para essa modalidade. Nessa direção é necessário que o poder público responda aos desafios dos jovens e adultos do campo, provendo-lhe uma educação, através de uma política de financiamento próprio que considere sua heterogeneidade, necessidades e identidades, com vistas a garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação para toda a população do campo.

A Educação no Campo no Ceará: um recorte a partir da situação da Educação de Jovens e Adultos.

O crescimento das desigualdades sociais e da pobreza, o analfabetismo e o êxodo rural, corroborado pela ausência de políticas públicas capazes de reverter a





degradação da qualidade de vida e a situação social no campo, são evidências de uma lógica hegemônica seletiva e negadora de direitos, há muito tidos como universais.

Nesse contexto demarcado pela seletividade social e pela proliferação de carências, a luta dos movimentos sociais por reforma agrária e por melhores condições de vida no campo trazem à tona conflitos, interesses e disputas explicitadas no binômio agricultura familiar e agronegócio, projetos que se opõem e trazem para o centro do debate uma nova perspectiva educacional que privilegie a socialização e cultivo de saberes, conhecimentos, comportamentos e valores orientados no sentido da transformação da realidade do campo (Caldart,1997).

Nesse processo merecem destaque a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais ligado à CUT (CONTAG), que lideram uma luta nacional pelo atendimento das demandas de trabalhadores urbanos e rurais não só por terra, mas por saúde, habitação, créditos, educação e escola, dando origem a um vigoroso movimento da sociedade civil que clama e proclama a defesa de uma *educação do campo e não apenas no campo*.

Como parte dessa luta, o MST com o apoio de outras organizações populares criou em 1989, no Rio Grande do Sul a Fundação de Desenvolvimento e Educação e Pesquisa FUNDEP, com o objetivo de atender as demandas de educação e de escolarização alternativa das classes populares do campo, principalmente daquelas que participavam das organizações e movimento ligados à luta pela Reforma Agrária. Com o apoio da igreja e de outras entidades com atuação no campo foi se delineando uma proposta educativa comprometida com os interesses e necessidades dos trabalhadores do campo.

A partir desse paradigma, a educação incorpora o debate da relação campo-cidade e propõe uma formação fundamentada na noção de que o educando, enquanto portador de direitos e sujeito da história é também sujeito de sua formação. Na verdade, agrega formação humana à capacitação para uma ação interventiva, o que implica em quebrar paradigmas, romper preconceitos, respeitar a diversidade dos povos, respeitando a identidade e subjetividade dos homens, mulheres, crianças, jovens e adultos que vivem nessa região (CALDART,1997).



Essa compreensão, presente nos debates e fóruns de educadores comprometidos com uma escola crítica, fundamenta-se na concepção freireana de homem, de educação e de sociedade, acrescido dos postulados trazidos pela pedagogia socialista. Em seu direcionamento mais amplo, orienta-se pelo compromisso com a Reforma Agrária, com o desenvolvimento sustentável dos assentamentos e com um projeto educativo voltado para a democratização da educação e do ensino de qualidade a toda a população assentada.

No Ceará, o enfrentamento do difícil quadro educacional constatado no I Censo de Reforma Agrária se deu e ainda vem se dando basicamente, através da atuação de organizações dos trabalhadores rurais sem terra que, fortemente mobilizados num acampamento que durou muitos dias, conquistaram em 1996, junto ao governo do Estado, a implementação de um programa de educação de Jovens e adultos em assentamentos rurais, áreas até então relegadas pelos sistemas de ensino.

Após o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, que contou com a participação de universidades, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Fundação das Nações Unidas para Infância – UNICEF, em 1997, foram criadas instâncias de trabalho e articulações efetivas entre o MST e as Universidades, no sentido de viabilizar ações educativas que pudessem contribuir para minimização das carências educativas no campo, em especial nas áreas de assentamento rural. Neste encontro foi lançado pelo MST o Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro, convocando-o a participar por um novo projeto político-pedagógico, destacando a reforma agrária como “luta de todos”.

Em continuidade a luta por educação, em julho de 1998 foi realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo que contou com diversos movimentos sociais – indigenistas, atingidos por barragens, igrejas etc. sendo elencados compromissos e desafios em prol da construção de um Projeto Popular de Desenvolvimento Nacional com ampla mobilização em torno da educação básica no campo. A perspectiva era desencadear um movimento político em prol da valorização das culturas do campo e da conquista de políticas públicas pelo direito à educação no campo.



Fruto dessa mobilização nacional foi criado em 1988, por meio da Portaria de nº. 10/98 do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA como uma política pública específica do governo federal voltada para "estimular, propor, criar, desenvolver e coordenar projetos na área de Educação nos assentamentos de Reforma Agrária" (Manual de Operações - PRONERA; 1998:09).

Estruturado a partir de uma parceria entre governo, movimentos sociais e instituições de ensino superior, essa experiência, reconhecida como política pública de Educação do Campo, através do Decreto n.º7.352, de 4 de novembro de 2010, representa uma importante intervenção na educação dos trabalhadores rurais assentados, passando a ser uma referência nacional da Educação de Jovens e Adultos no campo.

No Ceará, devido ao grande índice de analfabetismo constatado nos assentamentos rurais, a alfabetização de jovens e adultos foi escolhida como principal ação a ser desenvolvida pelo Pronera, no estado. Contando com a parceria de três universidades- Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Estadual do Ceará - UECE e Universidade Vale do Acaraú - UVA, e de dois movimentos sociais com atuação no campo - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará - FETRAECE, foi planejado, ainda em 1998 o atendimento a uma demanda de 9.580 (nove mil, quinhentos e oitenta) jovens e adultos desescolarizados, proveniente de 212 assentamentos rurais do estado. Essa seria a primeira de uma série de intervenções patrocinadas pelo Pronera no estado, passando este a configurar-se, nos anos seguintes, como importante instrumento de educação no campo, em especial nas áreas de assentamento de reforma agrária.

Um rápido balanço das ações do Pronera, no Ceará nos últimos quinze anos, aponta para o desenvolvimento de ações que vão desde o campo da alfabetização até a pós-graduação. São cursos voltados para: escolarização em nível médio e fundamental (1º e 2º. Segmento); Formação para o Magistério em Nível Médio e superior e outros cursos de nível superior: história, comunicação social, serviço social, além da reedição do curso de especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo,



envolvendo um grande contingente de pessoas comprometidas com o desenvolvimento do campo.

Após a experiência de 1998, a UECE retoma sua participação no Pronera propondo uma nova parceria com o INCRA. Desta vez para atender a uma demanda de escolarização em nível fundamental de 4.600 trabalhadores assentados, transformada em dois projetos, e outra que se volta para a formação de professores para o Magistério em Nível Médio, ambas apresentadas pelo MST. Nessa nova fase, o Pronera na UECE demarcou um espaço importante na universidade, propiciando um intenso debate entre militantes educadores do MST, educandos e professores da universidade.

De uma maneira geral, tomam como referência a perspectiva de uma educação que atende aos interesses e necessidades dos moradores do campo, compreendido aqui, não apenas como lugar da produção, mas como espaço de desenvolvimento territorial, do trabalho familiar, da família camponesa, e de um outro projeto de vida para o campo, em que homens, mulheres e crianças o constroem como “lugar do bom viver”.

Demarcando espaços e tempos em áreas rurais em meio a obstáculos traduzidos pela morosidade político-burocrática e pelo esquecimento das políticas ou contingenciamento das verbas para a educação/escola do campo, o Pronera tem se constituído um importante instrumento da educação nas zonas rurais no estado, contribuindo sobremaneira para melhoria dos níveis educacionais, em especial nas áreas de assentamento rural.

### **Um Olhar sobre a Realidade da Educação de Jovens e Adultos no Campo**

A educação no campo, ao longo de sua história, tem sido descaracterizada e excluída do plano de desenvolvimento nacional, à medida que pouco se investiu em relação à garantia do acesso e permanência dos educandos rurais à escola, sobressaindo-se uma certa desvalorização do capital cultural da população lá existente. Como já foi mencionado, lá podem ser identificadas as mais altas taxas de analfabetismo que, no caso do Ceará, chega a ultrapassar a 28% da população moradora no sertão cearense, conforme nos mostra o Censo de 2011 (IBGE, 2012).

A formação dos professores, a inexistência ou precariedade do acompanhamento e da avaliação por parte dos órgãos públicos responsáveis pelas políticas governamentais podem ser



destacados como principal entrave para o desenvolvimento dos programas ofertados, conforme nos atesta a pesquisa “Diagnóstico das Ações de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos no estado do Ceará”, realizada pela Comissão Estadual da Agenda Territorial de EJA, no estado, realizada no período de maio a dezembro de 2011.

Mesmo apresentando realidades diversificadas, a análise realizada permite afirmar que a EJA permanece como iniciativa do Estado, com atuação em suas várias esferas, embora não faça parte do conjunto de políticas estruturantes do desenvolvimento no estado. Nesse sentido, é reveladora de um profundo sentimento de abandono e de discriminação por parte dos sujeitos vinculados a essa modalidade de ensino, o que reflete o descaso de alguns setores para com a educação de jovens e adultos, ao longo dos anos.

Na verdade, a EJA aparece como uma espécie de “pedra no sapato” dos secretários de educação, sendo vista como uma modalidade que traz muitos problemas, especialmente porque demanda uma nova configuração de educação com todas as questões que ela requer, desde a formação dos professores até o funcionamento do terceiro turno na escola.

Do conjunto das constatações realizadas, destaca-se no campo da gestão certa desresponsabilização por parte dos gestores/diretores de escola, sendo também pontuada a ausência de um planejamento capaz de viabilizar minimamente a escolarização do público jovem e adulto, evidenciando o descompromisso dos diretores, exatamente por essa não estar incluída no rol de prioridades das políticas públicas do estado e dos municípios.

A pesquisa constatou ainda um grande número de fechamento de turmas, ausência ou diminuição no número de matrículas para esse público, quase sempre sob o argumento da violência, o que faz com que alguns diretores se neguem até mesmo a abrir a escola ou quando abrem, negam acesso às dependências e/ou equipamentos da escola.

No tocante à oferta, a pesquisa constatou o predomínio de classes pequenas e multisseriadas, organizadas quase sempre sem levar em conta a demanda existente na comunidade, sobressaindo-se, em decorrência, uma forte demanda reprimida, especialmente no ensino médio.

No tocante ao acompanhamento, mesmo tendo se identificado avanços em alguns municípios com expressivo número de secretarias que já integram a EJA no conjunto das atividades da escola, ainda são apontadas como dificuldades: falta de apoio técnico e pedagógico



das secretarias; ausência de infraestrutura (transporte para deslocamento da equipe para zona rural e outras regiões de risco); comunicação precária entre as Secretarias e demais setores; sobrecarga do coordenador da EJA, quando este assume também o Programa Brasil Alfabetizado, e em consequência um acompanhamento pedagógico insuficiente.

No tocante à formação docente foi notória a presença de professores atuando sem formação específica para essa modalidade, aparecendo também um bom número de professores que se mostraram desinteressados e descomprometidos, e que estão no quadro da EJA por pura conveniência pessoal.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito a ausência de recursos didáticos e a falta de iniciativas que garantam o ingresso dos alunos de cursos de alfabetização nas séries iniciais do Ensino Fundamental, seja por falta de interesse dos alunos ou dos próprios gestores da escola, configurando um descompasso entre o término da alfabetização e o início do período letivo regular.

O processo de juvenilização da EJA aparece na pesquisa, trazendo à tona a recorrência de constantes desavenças entre educandos jovens, adultos e idosos. De uma maneira geral, alunos da EJA e do PBA afirmam sofrer discriminação de funcionários, professores e da própria direção da escola que, segundo eles, não promovem a integração entre os educandos da EJA e os demais alunos do ensino regular, deixando também de apoiar ou não disponibilizar os equipamentos necessários para o bom funcionamento do ensino.

Mesmo tendo sido identificado avanços no campo pedagógico e na vivência da intersectorialidade na EJA com a ampliação de parcerias entre as secretarias de governo, a pesquisa apontou importantes desafios a serem enfrentados. Dentre eles destacam-se: a inserção das turmas do Programa Brasil Alfabetizado-PBA dentro das escolas para que os alunos se sintam estimulados a continuar os estudos; trabalho de conscientização para o engajamento de pessoas e parcerias nas ações da EJA; incentivo aos alunos que terminaram o fundamental a reivindicar a EJA-Ensino Médio e profissional; integração do trabalho entre as equipes de coordenação da EJA e do Brasil Alfabetizado, tendo em vista a elaboração de um plano estratégico de redução do analfabetismo e elaboração de novas diretrizes para EJA do município; iniciativa de formação continuada para os professores do PBA e da EJA, com assessoria externa e colaboração da Universidade dentre outras.



No tocante à melhoria da educação no campo, entretanto, pouco se colheu de sugestões que já não tivessem sido pensadas pela proposta dos movimentos sociais, sobressaindo-se, dentre elas, a noção de uma formação e acompanhamento sistemático às turmas da zona rural ou mesmo rodízio de professores para suprir as necessidades do campo, problema que, como se sabe, está sendo muito bem enfrentados pelo Pronera e Pronacampo, programas que viabilizam a formação/qualificação de professores moradores no próprio campo.

Desse modo, pode-se reconhecer a insuficiência ou inexistência de propostas que possam impactar o problema do analfabetismo ou mesmo ampliar o acesso e melhoria da educação para jovens e adultos no campo. A escola, sentindo-se impotente, despreparada e desmotivada para o enfrentamento da questão pouco tem feito a favor da educação de jovens e adultos, limitando-se ao atendimento das crianças, o que na opinião de uma diretora, *já faz muito, se conseguir não aumentar os índices de analfabetismo.*

Mesmo reconhecendo o direito, conforme previsto em legislação, a referida diretora admite que a educação de jovens e adultos no campo, vem sendo duplamente vitimada, seja pela ausência de escola apropriada ou pela qualidade da educação ofertada nas redes de ensino. Transferindo para outras instâncias, aponta o Projovem e o Pronera como responsáveis pela educação de jovens e adultos, eximindo a escola municipal da responsabilidade com a tarefa da educação dos maiores, repetindo-se mais uma vez a transferência de responsabilidade entre os poderes, tal como vem sendo feito ao longo da história.

Entretanto, não se pode deixar de mencionar nesta década e meia de existência, as contribuições e conquistas da Educação do Campo em diferentes instâncias da sociedade civil e política. Fruto da vitalidade e protagonismo dos movimentos sociais e das organizações sindicais do campo, a eficácia de suas reflexões vem contribuindo para intensificar as lutas pela manutenção e conquista dos direitos da classe trabalhadora do campo, entre eles, o direito ao conhecimento e à escolarização.

Orientada nessa perspectiva, alguns avanços precisam ser pontuados em diferentes frentes, sobressaindo-se dentre elas: a conquista de importantes marcos legais de suporte à luta do próprio movimento; <sup>1</sup>os programas educacionais destinados a estes sujeitos sociais; a abertura

---

<sup>1</sup> Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB n° 1/2002 e Resolução CNE/CEB n° 2/2008. Parecer CNE/CEB n° 1/2006 que reconhece os Dias Letivos da Alternância; Resolução CNE/CEB n° 4/2010 que reconhece a Educação do Campo como modalidade



de espaços no âmbito da produção de conhecimento junto as universidades públicas; e a ampliação da capacidade de articulação entre os diferentes sujeitos coletivos e as organizações que lutam pela Educação do Campo (FONEC,2012).

Estruturada potencialmente como política de Estado, através do Decreto nº 7.352/2010, e voltando-se para *ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo*, a educação do campo constitui um avanço efetivo no reconhecimento dos direitos dos camponeses. A conquista de programas educacionais destinados aos sujeitos do campo, representa outro importante avanço a ser considerado. Além do Pronera, não se pode deixar de mencionar: o Programa Saberes da Terra; o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo); o Programa de Iniciação à Docência – PIBID Diversidade/CAPES, merecendo destaque ainda o Pronacampo e a Licenciatura em Educação do Campo, criada em 2007, e o Pronacampo, em sua versão profissional, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego para o campo.

Uma avaliação trazida pela II Pesquisa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária - II PNERA ( 2011) nos autoriza a pensar positivamente a contribuição do Pronera no no conjunto da educação do campo no estado do Ceará.

Do conjunto das ações pesquisadas foi possível identificar avanços e desafios na implementação do Pronera no estado. Dentre os avanços, pode-se destacar o aumento da oferta de cursos de nível básico e superior para a população do campo; a ampliação de projetos em diversas regiões do estado, tendo sido possível perceber também o aumento da participação das mulheres dos assentamentos nas ações educativas no estado.

Os desafios identificados dizem respeito, principalmente, à descontinuidade dos processos de escolarização; a ainda precária qualificação dos professores; a ausência de prioridade das políticas públicas educacionais em relação ao campo; as condições físico-materiais e pedagógicas das escolas do campo e, apesar da efetiva contribuição que o Pronera vem dando para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, pôde-se perceber entre os entes pesquisados - universidades e órgãos demandantes - importantes restrições aos aspectos técnicos burocráticos inerentes à operacionalização do Pronera, constituindo-se na visão de alguns ex-coordenadores

---

específica e define a identidade da escola do campo; Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**





fator impeditivo à novas adesões o que, a nosso ver, compromete o já debilitado quadro da educação e da escola do campo.

Entretanto, se a pesquisa identificou limites e lacunas na educação do campo, possibilitou também o conhecimento e a socialização dos avanços e aspectos favoráveis obtidos pelo Pronera nessa trajetória de mais de quinze anos de existência.

Resguardados os embates ideológicos decorrentes das perspectivas educacionais em disputa, das quais o Pronera é parte constituinte, convém observar que embora os diferentes programas enfrentem dificuldades em sua execução, todos eles constituem práticas educativas concretas que, efetivamente, vem contribuindo com a educação de jovens e adultos no campo, seja provendo-lhes escolarização, qualificação profissional ou formação para o magistério, ajudando a superar ou minimizar lacunas históricas deixadas pelo vazio das políticas públicas educacionais.

### **Considerações Finais**

No Ceará, se faz necessário uma política educacional que privilegie uma ação orquestrada na relação campo-cidade, garantindo formação e condições físicas, materiais e pedagógicas adequadas às realidades sociais, provendo aos professores e gestores escolares meios que promovam motivação e aprendizado dos alunos, de modo a tornar a educação um verdadeiro instrumento de mudança pessoal e social.

A educação de jovens e adultos no campo, mesmo com todos os avanços trazidos, através da luta dos movimentos sociais, precisa de uma política de financiamento próprio que considere a cultura e as peculiaridades da vida no campo, privilegiando a formação e valorização do capital cultural da população, historicamente subalternizado na escala de saberes. Esse aspecto, bem demarcado na fala de secretários e gestores educacionais nos ajudam a pensar o quanto o campo é estigmatizado e tratado como lugar pouco propício a uma boa educação. Na verdade, traduzem uma visão que ajuda a acomodar as políticas postas, desqualificando e justificando a omissão de práticas docentes eficazes que venham a contribuir com a melhoria do quadro educacional vigente no estado.

Inspirados na lógica da pedagogia da alternância, as ações do PRONERA, vem assumindo um caráter diferenciado da educação oficial, em geral. Concebidos de forma coletiva



e com rico saldo de aprendizagem para todos os envolvidos na ação, as práticas educativas do Pronera, no estado, conforme atesta a II PNERA (2011), apontam para um direcionamento político-pedagógico críticos e de claro conteúdo emancipatório, ainda que apresente muitos desafios, não só de natureza pedagógica, mas e, principalmente, do ponto de vista político e administrativo-gerencial. São eles: descontinuidade dos processos de escolarização; precária qualificação dos professores; ausência de prioridade das políticas públicas educacionais, de onde decorre a ausência de condições físico-materiais e pedagógicas nas escolas do campo. Tais debilidades, também presentes na pesquisa diagnóstico das ações de alfabetização e escolarização promovida pela Agenda Territorial de EJA no estado, fazem coro às observações e depoimentos colhidos nos municípios visitados. Isso reforça a crença de que a busca e a efetivação do direito à educação está a exigir da sociedade brasileira e dos trabalhadores rurais, em particular, um esforço de organização maior que venha não só fortalecer politicamente a população, mas também reforçar e direcionar o Estado no sentido da garantia de tal direito.

## Referências

ARROYO, Miguel G. Caldart, R. e MOLINA, Mônica. **Por uma educação do Campo**. Petrópolis-RJ, Vozes, 2004.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB No. 01, de 3 de abril de 2002. Brasília, 2002.

CALDART, Roseli. *A educação em Movimento*. Petrópolis-RJ, Vozes, 1997. **ITERRA, Cadernos**, No. 10, 2004.

CEARÁ, SEPLAG, IPECE. **Informações georreferenciadas e especializadas para os 184 municípios Cearenses**. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo3/34.htm>> Acesso em setembro de 2012a.

CEARÁ, SEPLAG, IPECE. IPECE CONJUNTURA - **Boletim da Conjuntura Econômica Cearense**. 1º. trimestre de 2012. Disponível em:<<http://www.ipece.ce.gov.br/categoria2/ipece-conjuntura/IPECECONJUNTURAN11trim.pdf>> Acesso em outubro de 2012b.

CEARÁ, SEDUC. “Diagnóstico das Ações de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos no estado do Ceará”, Dezembro de 2011. **II Conferência Nacional de Educação do Campo**. Luiziana, 2004. (texto digitalizado).

CARDOSO, Sérgio Cardoso. IEA/ USP, **Fórum de Políticas Públicas**, 2004 (mimeo).

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



DI PIERRO, M. C. **Palestra proferida em seminário da Comissão da Agenda Territorial para a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Ceará.** Novembro de 2012.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - FONEC. **Notas para análise do momento atual da Educação do Campo,** Brasília-DF. 2012.

HOLANDA, Maria Iolanda M. (2000). **A Construção da Identidade Coletiva dos Sem-Terra:** um estudo a partir do cotidiano dos alunos do PRONERA. (Dissertação de Mestrado em Educação, UFC).

HADDAD, Sérgio (1992). Tendências atuais na educação de jovens e adultos. In: **Em Aberto**, n-°56. Brasília: INEP.

INCRA/IPEA. **II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária.** 2013.

INEP/MEC/PRONER/INCRA/MDA. Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária.- Região Nordeste - **I PNERA,** 2005.

INEP/MEC. **Panorama da Educação do campo.** Brasília-DF, 2007.

MEPF/INCRA. PRONERA, **Manual de Operações,** Brasília, 1998.

PAIVA, Vanilda et.al. **Perspectivas e dilemas da educação popular.** Rio de Janeiro, Gral, 1984.